



COMBUSTÍVEIS

Subsídio entra no radar de Bolsonaro

Presidente afirma que governo estuda medida para conter preço nas bombas caso o conflito no leste europeu se alongue

» FERNANDA STRICKLAND
» CRISTIANE NORBERTO

Atento ao impacto do mega-aumento dos combustíveis no bolso do eleitor, o presidente Jair Bolsonaro tem buscado maneiras de reduzir os danos políticos. Além de contar com a colaboração do Congresso Nacional nessa tarefa, o chefe do Executivo sinaliza novas medidas para conter o preço dos combustíveis. Ontem, Bolsonaro mencionou a adoção do subsídio a combustíveis, especialmente o diesel. Ele considera o mecanismo “uma questão excepcional” e que a decisão vai passar pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Depois de participar de um mutirão de filiações no PL em Brasília (**leia reportagem na página 4**), Bolsonaro confirmou, em entrevista a jornalistas, que o governo avalia adotar o subsídio e mencionou o chefe da equipe econômica. “Ele (Guedes) já deu um indicativo dessa possibilidade de se o barril do petróleo explodir lá fora. Porque se você jogar todo preço para o consumidor, o Brasil explode a inflação e explode a economia. Não queremos isso. A questão do subsídio é excepcional que o Paulo Guedes vai decidir porque ele continua sendo ministro de minha confiança”, afirmou o presidente.

Bolsonaro comentou ainda sobre a aprovação do projeto de lei que zera a cobrança de PIS e Cofins sobre o diesel. “Ontem (sexta-feira), eu sancionei por volta de 23h um projeto de lei complementar que, no final das contas, ao invés de R\$ 0,90 de reajuste no diesel, passou para R\$ 0,30 centavos. É alto, sim, mas é possível você suportar porque a crise é mundial”, disse. O projeto também determina a criação de uma alíquota única em todos os estados para o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) de combustíveis. A sanção foi publicada, sem nenhum veto, em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*.

Bolsonaro adiantou também

Clauber Cleber Caetano / PR



Bolsonaro e Guedes: presidente diz confiar no ministro para enfrentar desgaste provocado pelo mega-aumento de combustíveis



É um lucro absurdo que a Petrobras tenha num momento atípico como este. Não é uma questão apenas interna nossa. Não estou satisfeito com o reajuste, mas não vou interferir no mercado”

Jair Bolsonaro, presidente da República

que o governo estuda replicar a redução de impostos federais para a gasolina. A proposta poderá chegar ao Legislativo nesta semana. “O Senado resolveu mudar na última hora. Caso contrário, nós teríamos também um desconto na gasolina, que está bastante alto. Se bem que — a alta — é no mundo todo. Mas, se nós podemos melhorar isso aqui, não podemos nos escusar e nos acomodar. Se pudermos diminuir aqui, faremos isso”, garantiu o presidente.

Na entrevista aos jornalistas, Bolsonaro criticou mais uma vez a Petrobras. Disse considerar o lucro da empresa “um absurdo”, em razão da crise que o mundo atravessa. “Para mim, particularmente falando, é um lucro absurdo que a Petrobras tenha num momento atípico como este. Não

é uma questão apenas interna nossa. Não estou satisfeito com o reajuste, mas não vou interferir no mercado”, sinalizou.

Recuo

Antes resistente a medidas para interferir no preço dos combustíveis, Paulo Guedes foi obrigado a recuar. Na última quinta-feira, admitiu que o governo pode criar um programa de subsídios para os combustíveis, caso a guerra entre a Rússia e a Ucrânia se agrave. Seria uma reação a uma pressão maior sobre as cotações do petróleo no mercado internacional.

“Se isso se resolver em 30, 60 dias, a crise estaria endereçada. Mas vai que isso começa a ter uma escalada, aí sim você começa a pensar em subsídio para

o diesel”, disse Guedes, em entrevista depois de o Senado aprovar um projeto que cria uma conta de estabilização dos preços dos combustíveis.

Ao comentar a votação no Congresso que estabeleceu uma alíquota única, Guedes observou que os estados — que contam com os recursos do ICMS — tiveram um excesso de arrecadação de R\$ 150 bilhões a R\$ 160 bilhões em 2021. Deveriam, portanto, contribuir com uma parcela em torno de 10% (em impostos para segurar os preços dos combustíveis).

Para ele, desta forma, será possível atenuar bastante o impacto dos preços aos consumidores. “O presidente (Jair Bolsonaro) nos pediu para que, sempre que possível, atenuar os valores para toda a população”, afirmou o ministro da Economia.

Tarcísio apoia caminhoneiros

O ministro da Infraestrutura e candidato ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirmou que acha “muito correto” que os caminhoneiros façam paralisação para forçar a diminuição do preço dos combustíveis. O ministro fez o comentário ao caminhoneiro Wanderlei Alves, conhecido como Dedeço, um dos principais líderes da greve de 2018.

“Estou vendo caminhoneiros parando de carregar para forçar seus embarcadores e transportadores a repassar para os fretes o custo do aumento de diesel. Acho isso muito correto. No fim do ano passado, no MT, um grupo fez isso e deixou de carregar para as traders. Conseguiram melhores fretes”, disse Tarcísio em uma mensagem de áudio do Whatsapp.

A resposta de Tarcísio veio após Dedeço entrar em contato para alertá-lo sobre a possível greve da categoria até amanhã. À *Folha de S.Paulo*, o caminhoneiro disse que ouviu o ministro dizer que não via risco de greve. “Quero dizer que ele está por fora. Ele não tem um pingão de ciência do que está acontecendo nos bastidores. Daqui para segunda-feira, ele vai ver muita coisa acontecendo”, afirmou o caminhoneiro.

“Canal aberto”

Em nota, o Ministério da Infraestrutura negou que Tarcísio tenha dado apoio, mas não desmentiu o diálogo. “O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, mantém canal aberto com a categoria e já defendeu abertamente, inúmeras vezes, que as principais questões que afetam o setor hoje são correlatas ao próprio mercado. Neste sentido, cabe aos próprios trabalhadores dialogar entre si para buscar as melhores soluções”, informou a pasta.

Interlocutores citaram ao *Correio* que só haverá greve caso as categorias de caminhoneiros — como cegonheiros e autônomos — se juntarem para fazer o ato. As fontes disseram que cada grupo negocia por si. Para o caminhoneiro autônomo Gustavo Ávila, não é apenas uma questão de união da categoria. “Se parar, a gente sai no prejuízo”. Segundo ele, quem entra na paralisação nas rodovias, além de sofrer multas, acumula outras despesas. “Se vamos para a rua sem apoio, as consequências são penosas. Não dá para ir sozinho, para ter um efeito positivo, a população deveria se juntar à nossa luta”.

“O reajuste do diesel não é mais só um problema dos caminhoneiros, se a população não se mobilizar, ninguém vai mais comer ou consumir nada”, disse o representante dos caminhoneiros, Wallace Landim — mais conhecido como Chorão — presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava). “Conseguir mobilizar a gente consegue, mas a gente vai levar essa culpa?”, questionou Chorão. “Quem precisa se mobilizar é todo mundo que está sofrendo.” (FS e CN)

O custo eleitoral dos combustíveis

» TAÍSA MEDEIROS

Qualquer que seja o resultado nas urnas em 2022, o próximo presidente da República subirá a rampa do Palácio do Planalto em 1º de janeiro de 2023 com significativo desafio na economia: a alta do preço dos combustíveis. Apesar da aprovação recente no Congresso dos projetos de lei que versam sobre o assunto, as medidas a longo prazo para solucionar a questão deverão fazer parte da pauta das eleições.

A deputada federal Sâmia Bonfim (PSol-SP) define como “uma bomba em ano eleitoral” ter de lidar com um aumento explosivo no preço dos combustíveis. “[Os projetos] são paliativos diante do alto valor que se expressou. Bolsonaro joga para o próprio PT e para o STF. Com o projeto aprovado na Câmara, joga inclusive para os estados e municípios. Isso vai ter um impacto para prefeitos e governadores, que na prática vão ter menos arrecadação para investir em

saúde, educação. E não vai resolver o problema da alta dos combustíveis”, pontuou a deputada.

O chefe do Executivo não esconde a possibilidade de demitir o presidente da Petrobras, o general Joaquim Silva e Luna. No mês que vem, o presidente da Petrobras completará um ano no comando da empresa e vai receber um bônus de R\$ 1,4 milhão. Ele já avisou que não pretende pedir demissão.

“Roubalheira” do PT

Bolsonaro chegou a mencionar, em live, que uma das causas para o aumento dos preços se deve à corrupção nos governos petistas. “As duas refinarias que o PT ia fazer no Nordeste, mais uma aqui no Sudeste, não fez. Uma roubalheira terrível. Mais de R\$ 100 bilhões jogados fora. Então, nós dependemos da importação de diesel, de gasolina, dentre outras coisas. Se lá atrás o PT tivesse feito o seu trabalho,

não tivesse endividado a Petrobras em mais de 900 milhões, não estaríamos em uma situação tão complicada”, argumentou o chefe do Executivo.

Este é o ponto defendido pelo líder do PL na Câmara, o deputado Altineu Côrtes (PL-RJ): “A Petrobras vem praticando essa paridade com o mercado internacional. Deve-se muito isso ao maior escândalo de corrupção da história do Brasil”, diz o parlamentar, referindo-se ao petróleo.

Côrtes pontua que, caso as refinarias estivessem prontas, estariam produzindo derivados de petróleo mais baratos para a população brasileira. “Nós deixaríamos de importar. Sem falar na grande quantidade de empregos que estaríamos gerando aqui no país. Esse é o problema que vem lá de trás”, disse.

Na avaliação do cientista político da FGV Eduardo Grin, mais um aumento no preço dos combustíveis gera “um problema sério” para uma das

importantes bases de apoio de Bolsonaro — os caminhoneiros. “Bolsonaro vai achar um jeito de privilegiar por algum critério de subsídio, redução do preço, congelamento de preço, no sentido de evitar a greve, porque se essa greve ocorrer ela vai ser, não só prejudicial eleitoralmente para o presidente, pela perda de apoio dos caminhoneiros, como para toda a população”, destacou o professor.

“Isso significa a possibilidade de inflação no Brasil assumir uma taxa elevadíssima no ano de 2022, e não há precedente de presidentes no Brasil que tenham conseguido se eleger em meio à crise econômica, com inflação alta e desemprego”, explanou o professor.

A situação evidencia, ainda, uma nebulosidade no papel que a Petrobras exerce nos governos. Para o economista e analista político Masimo Della Justina, demitir ou não o general Silva e Luna não fará diferença nesta altura

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna: bônus de R\$ 1,4 milhão

do jogo político. “Falta um projeto de longo prazo, de gestão e do papel econômico e social para a Petrobras”, observou.